

A devastação ainda avança

Política florestal para Amazônia não saiu do papel

Nivaldo Manzano
de São Paulo

Sob intensa expectativa das organizações ambientalistas e da imprensa mundial, os ministros Gustavo Krause e Israel Vargas divulgam hoje, em São José dos Campos (SP), os dados sobre a destruição crescente da floresta amazônica, relativos a 1995 a 1997.

Sem apresentar razões para o atraso, o governo protelou por mais de uma vez sua divulgação, aparentemente para evitar constrangimento quando da visi-

ta ao Brasil do presidente dos EUA, Bill Clinton, em outubro, e do presidente Fernando Henrique Cardoso à Inglaterra, em dezembro.

Aos jornalistas que os estarão esperando na sede do Instituto de Pesquisas Espaciais, os ministros possivelmente encontrarão dificuldades em explicar a intensificação do processo de desmatamento da última e maior floresta tropical do planeta. Tanto mais que estudos do próprio governo admitem que o fogo e o corte raso, que avançam à velocidade de mais de 20 mil

km² por ano, vêm dilapidando o maior patrimônio da Amazônia, sem que se tenha conseguido tirar do papel a política florestal.

A falta de um zoneamento ecológico-econômico leva a uma ocupação desordenada da região, que, segundo o presidente do Ibama, Eduardo Martins, faz supor que se pretende instalar um Centro-Sul no lugar da floresta, agora que o País passa a deter o monopólio virtual das madeiras tropicais, esgotadas as reservas asiáticas. ■

(Pág. A-5)

26/1/98 AS
236

■ NACIONAL

Exploração florestal ainda é subproduto na AM

Dados sobre o desflorestamento na região revelam que a política florestal não saiu do papel no país, que detém o monopólio da última e maior reserva de floresta tropical

Nivaldo T. Manzano
de São Paulo

O governo vai divulgar hoje, sob tensa expectativa da imprensa e das organizações ambientalistas de todo o mundo, os dados relativos ao desflorestamento da Amazônia nos últimos três anos. Na sede do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, em São José dos Campos (SP), estarão os ministros Gustavo Krause e Israel Vargas para explicar o injustificável aos olhos da opinião pública — a persistência e a intensificação do processo de desmatamento da última e maior reserva de floresta tropical.

A tarefa é espinhosa: não há assunto de maior impacto nos meios de comunicação desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, a primeira a questionar o crescimento econômico sem atenção para o equilíbrio ambiental. De então para cá, a consciência do problema agigantou-se a ponto de não haver currículo de ensino básico sem noções elementares de ecologia.

Tarefa difícil porque, em se tratando da Amazônia — um continente que abrange um vigésimo da superfície terrestre, que abriga um patrimônio florestal correspondente a um terço das regiões latifoliadas do planeta e que dispõe de um quinto das disponibilidades mundiais de água doce — tudo é grande, também o desastre.

Para um brasileiro, desde a infância acostumado a sua unidade doméstica de grandezas territoriais, pode não ser difícil admitir que a Amazônia tenha perdido em área de floresta uma meia Bélgica (30.528 km²) ou um Israel inteiro (21.946 km²) por ano. Cinco Bêlgicas ou dez Israel em dez anos — extensão ainda insignificante para a noção brasileira de espaço territorial.

Mas o que pensarão israelenses e belgas sobre o desmatamento anual de uma área do tamanho de seu próprio país — uma das primeiras e mais fundas experiências de seu repertório cultural topográfico? Dirão que o mundo está acabando.

Não é bem assim, poderão responder os dois ministros, tropeçando nas dificuldades naturais de se deixar cair um discurso único em contextos físicos e culturais tão diferentes. Afinal, em 500 anos de desflorestamento não se conseguiu derrubar mais que 12% de seus 280 milhões de hectares, acrescentariam eles, se decidissem iniciar a conversa por um mal começo.

Porque o começo do fim pode estar no abate da primeira árvore, quando não se tiver assegurado a condição de emergência de outra em seu lugar. Ou melhor, como diriam os ambientalistas: não haverá futuro para a Amazônia se no momento de acionar a motosserra não se tiver pensado antes que a unidade conceitual de planejamento — público ou privado — nessa questão não é a árvore e sim a floresta. São as intrincadas inter-relações dos elementos constituintes do ecossistema que criam e mantêm as condições que fazem brotar a semente e conduzem o crescimento da árvore até sua idade adulta. Sem a floresta, a semente não germinará.

Aos dois ministros caberá explicar oficialmente as "causas primárias do desmatamento na Amazônia Legal", segundo o jargão burocrático. E, como ali tudo é grande, será preciso conter a explicação nos limites da faixa onde a devastação é mais intensa hoje, sem esquecer outras áreas onde tenham ocorrido amplas derrubadas nos últimos anos.

O arco do desmatamento atual (ver o mapa) tem início no nordeste do estado do Pará, seguindo em direção ao sul, margeando o nordeste dos estados do Maranhão e Tocantins, entrando pelo nordeste de Mato Grosso e prosseguindo pelo norte desse estado em

direção ao estado de Rondônia. Aí o desmatamento atravessa-o por inteiro no sentido leste-oeste até atingir o Acre, terminando no meio-oeste desse estado. Esse arco abrange uma faixa que pode variar entre 200 e 600 quilômetros de largura.

Além de discorrer sobre a área visada pela moto-serra, os ministros terão de esforçar-se para saciar a curiosidade dos ouvintes quanto ao novo perfil do devastador, seus propósitos, o raio de alcance de sua obra, e o que tem feito o governo para contê-la, redirecionando a intervenção na região para a sua vocação manifesta — a exploração florestal madeireira e de sua biodiversidade.

Como atestam as imagens de satélite colhidas pelo INPE, ao operar nessa faixa o devastador manteve uma equidistância suficientemente fria das diversas formações florestais ali existentes de modo a poder dar um tratamento equânime a todas: não deixou (ou não pretende deixar) nada em pé. E, assim, a velocidades que superam cinco Luxemburgo (2.586 km²) por ano, derrubou e vai derrubando, sem discriminar, floresta semi-úmida, floresta densa de terra firme e floresta aberta de transição.

E tamanha é sua isenção no comando da moto-serra — equipamento com o qual políticos costumam presentear seus eleitores da região Norte

—, que não lhe escaparam as matas ciliares e demais maciços das cabeceiras dos rios. Testemunha-o a cor barrenta das águas do rio Madeira, entre outros. Em consequência, as alterações climáticas e seu impacto sobre a floresta já são perceptíveis: muitas árvores estão no limite de sua tolerância ao estresse hídrico, e em trechos da floresta isolada por pastagens perto de Manaus, as árvores nas bordas da mata morrem de pé a uma taxa bem maior do que na floresta contínua, segundo informa o pesquisador Philip M. Fearnside, do Instituto de Pesquisas da Amazônia, um descrente da possibilidade de adotar-se com êxito o modelo de desenvolvimento sustentável no ecossistema amazônico.

O devastador pioneiro, que antes tentava avançar por brechas emaranhadas, com a política de integração nacional dos anos 60 e 70 encontrou no leito das estradas, como a Belém-Brasília e a BR 364 — que formam a espinha dorsal rodoviária do arco do desmatamento atual — caminho fácil de acesso à floresta nativa.

Não que não se devessem construir estradas na região Norte, adverte o presidente do Ibama, Eduardo Martins. O problema é que a abertura de rodovias ali, quando desacompanhada de outras políticas que contemplem o ordenamento das atividades produtivas em consonância com as vocações regionais, pode conduzir à predação no presente e a lugar nenhum no futuro.

Nada mais antieconômico, no longo prazo, do que a importação de modelos produtivos do Centro-Sul, como a pecuária extensiva ou a monocultura, para solos tropicais da Amazônia, que uma vez descobertos perdem rapidamente sua fertilidade, diz Martins.

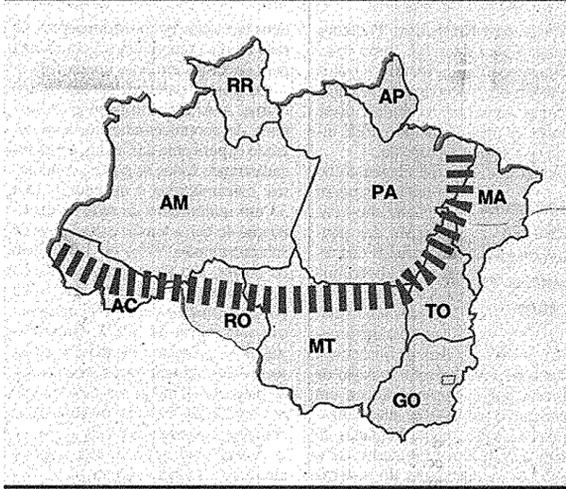
Uma obviedade, admite, mas alerta que, a despeito de sabermos disso com certeza há duas décadas, o modelo de ocupação predominante pouco mudou, segundo se depreende dos dados fornecidos pelo satélite.

Ateia-se fogo em tudo, para implantar um Centro-Sul no lugar da floresta, ao tempo em que as regiões mais desenvolvidas do País, esgotados seus recursos madeireiros, passam a depender cada vez mais da Amazônia, que os despreza. E enquanto se incrementa a participação da agropecuária no PIB da região Norte, adormece a consciência do enorme potencial de crescimento econômico contido na sua vocação florestal.

Assim, segundo o IBGE, a área plantada com culturas temporárias na região cresceu 2,5 milhões de hectares entre 1992 e 96, com destaque para soja e milho. Nesse mesmo período, o rebanho bovino cresceu de 15,8 milhões de cabeças para 19,9 milhões, ocupando amplas glebas no sistema extensivo de criação.

Que a Amazônia, importadora de praticamente tudo o que come, precisa produzir alimentos, ninguém questiona. Suas várzeas, de fertilidade sem par no País, propícias a essas atividades, contam-se aos milhões de hectares, diz o professor Manoel Malheiros Tourinho, da Universidade do Pará. Mas, na ausência de um zoneamento ecológico-econômico, eternamente por concluir, a ocupação de áreas para

O arco de desmatamento na Amazônia



Fonte: Ipam

esse fim é anárquica, pondo em risco a sobrevivência da galinha dos ovos de ouro — a própria floresta.

Nem nos assentamentos do INCRA entende-se o papel da floresta. INCRA e Ibama não se falavam, por descoordenação institucional, até dias atrás. Assim, desinformados das novas regras do Imposto Territorial Rural (ITR), que equipara a floresta nativa a uma unidade produtiva e a isenta do tributo, os novos colonos põem abaixo os remanescentes da floresta primária em sua gleba com receio de vê-la enquadrada como propriedade improdutiva.

Explica-se, possivelmente, assim porque entre 1994 e 1995, as propriedades pequenas, de até 300 hectares, tenham sido responsáveis por 40% do desmatamento, enquanto as de 300 a 1.000 ha colaboraram com 13% e as acima de 1.000 ha tiveram uma participação de 47% — estas últimas provavelmente destinadas à formação de pastagens.

Essas informações, coletadas pelas imagens do satélite Landsat Thematic Mapper e processadas pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, revelam também que nesse período de 8% a 23% da área de cada propriedade tiveram sua cobertura florestal removida pelo fogo. As queimadas avançam à velocidade de 6 ha/ano nas pequenas até 5000 ha/ano nas grandes.

Sob a mira das câmeras e dos microfones, os dois ministros hão de admitir perante o batalhão de jornalistas que a preferência pela implantação de

vantamento feito pela Embrapa sobre os projetos patrocinados pelos incentivos fiscais da Sudam.

Nesse processo, de acordo com estudo da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) divulgado no ano passado, cerca de 70% dos recursos florestais madeireiros aproveitáveis são desperdiçados, o que equivale a dizer que a floresta e sua biodiversidade — o patrimônio mais valioso da região — continua sendo considerado apenas um subproduto das atividades fora do lugar.

A situação, ainda segundo a SAE, não é diferente no âmbito da exploração madeireira propriamente dita, igualmente predatória. Dos 1.964 planos de manejo florestal existentes na região em 1996, no mínimo 71,2% estavam em desacordo com a legislação ambiental.

E, assim, chega-se ao fecho do paradoxo: uma legislação ambiental elaborada com o propósito de valorizar o que a Amazônia tem de mais valioso é violada para negá-lo.

É nesse contexto e nessa hora que emerge o Brasil, juntamente com os demais países amazônicos, como o detentor virtual do monopólio da madeira tropical no mundo, depois do esgotamento das reservas asiáticas.

Ciente do papel que o Brasil há de jogar nesse mercado, que movimentava atualmente US\$ 10 bilhões anuais e do qual o País participa marginalmente com 4%, o governo tem buscado implementar sua política florestal, semelhante à praticada por grandes países madeireiros, como os Estados Unidos, sem muito sucesso até agora.

O que se busca é circunscrever a exploração sob manejo sustentável dentro das áreas públicas, de modo a desonerar o investidor do ônus do imobilizado em terras, controlar a oferta de acordo com a capacidade natural de reposição do ativo florestal, valorizar o produto, garantir-lhe um certificado de origem e fiscalizar a produção. Sem se assegurar de tais condições, não haverá como convencer o cliente no exterior da confiabilidade do fornecedor, conclui Eduardo Martins.

O primeiro passo nessa direção foi dado no ano passado com a licitação da Floresta Nacional do Tapajós, no Pará, cujo processo está em vias de conclusão. Neste ano, deverão ser licitadas novas áreas em Rondônia e no Amazonas — o que permitirá retirar do amadorismo e da clandestinidade uma das atividades econômicas mais promissoras no limiar do século 21.

REGISTRO

Antecipada a extinção do Regime automotivo

O ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT), Francisco Dornelles, confirmou que o Brasil deve realmente extinguir o regime automotivo antecipadamente até o próximo dia 31 de julho. "Vamos fechar a porteira", disse. Ele ressaltou, porém, que a exceção será as indústrias do setor de autopeças que devem continuar a contar com os incentivos do regime. Segundo o ministro, com a antecipação do fim do regime automotivo, previsto inicialmente para terminar somente em dezembro de 1999, é possível que o governo brasileiro possa entrar em acordo com os Estados Unidos. Este país estava ameaçando denunciar o regime brasileiro ao Comitê de Arbitragem de Disputas Comerciais, da Organização Mundial de Comércio (OMC).

(Luís Eduardo Leal/Brasília)